

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II
DECRETO N° 45.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1953

ANO XVII — N° 133

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1953

BANCO CENTRAL DO BRASIL GERÊNCIA DE MERCADO DE CAPITAIS

DESPACHOS DO GERENTE

Do 9 de julho de 1953, deferindo, na forma dos pareceres, o requerido nos processos n.º:

Bancos de Investimentos

— Aumento de Capital — Reforma do Estatuto:

L7100320-76 — Banco Novo Rio de Investimentos S. A.

De Cr\$ 50.000.000,00 para Cr\$ 100.000.000,00

A. G. E. de 28 de maio de 1953 e 3 de junho de 1953.

Sociedades Corretores

— Aumento de Capital — Reforma do Estatuto:

N.º 416031-76 — Credicentral S. A. — Corretora de Cambio e Valores

De Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$ 3.300.000,00

A. G. E. de 1 de julho de 1953

Concessão da Autorização para Funcionar:

N.º 4.400.004-76 — Dinamizair S. A.

Corretora de Valores Mobiliários

De Belo Horizonte (MG).

Mudança de Denominação e de Objetivos Sociais — Reforma do Estatuto:

N.º 4.400.004-76 — Dinamizair S. A.

Corretora de Valores Mobiliários

Adotada a denominação "Dinamizair S. A. — Administradora de Bens Imóveis e Imóveis".

A. G. E. de 30 de dezembro de 1953.

Mudança de Denominação — Reforma do Estatuto:

A.G.E.73-113 — Mercantil do Brasil

+ Sociedade Corretora de Cambio,

Valores e Valores Mobiliários S. A.

Adotada a denominação "Investecisa Corretora de Cambio, Títulos e Valores Mobiliários S. A.".

A. G. E. de 1 de outubro de 1971

Reforma do Estatuto:

N.º 4.400.049-76 — Credicentral S. A.

Corretora de Cambio e Valores

A. G. E. de 30 de abril de 1976

Sociedades Distribuidoras

— Alteração Contratual:

L7100327-76 — Planif — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Instrumentos de 30 de abril de 1976 e 6 de maio de 1973

— Aumento de Capital — Alteração Contratual:

N.º 3.301.009-76 — Colmáia — Dis-

tribuidora de Títulos e Valores Mo-

biliários Ltda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

De Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$

10.000.000,00

Instrumento de 9 de julho de 1953

L.130030-76 — Liderança — Dis-

tribuidora de Títulos e Valores Mo-

biliários Ltda.

De Cr\$ 102.000,00 para Cr\$

2.502.000,00

Instrumento de 6 de julho de 1973

Sociedade de Crédito, Financiamento

e Investimentos

— Reforma de Estatuto:

N.º 7.602.928-76 — COFISA S. A.

Crédito, Financiamento e Investi-

mientos

A. G. E. de 11 de maio de 1973.

Sociedade de Crédito Imobiliário

— Aumento de Capital — Reforma de Estatuto:

L7100231-76 — Safra S. A. — Crédito Imobiliário

De Cr\$ 37.900.000,00 para Cr\$

30.250.000,00

A. G. E. de 8 de abril de 1973

— Mudança de Denominação e de Objetivos Sociais — Reforma de Es-

tatuto:

N.º 4.400.031-76 — Dinamizair S. A.

Corretora de Valores Mobiliários

De Belo Horizonte (MG).

Mudança de Denominação e de Objetivos Sociais — Reforma de Es-

tatuto:

N.º 4.400.031-76 — Mundial Distribui-

dora de Títulos e Valores Mobiliários

Adotada a denominação "Mundial

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Ltda.

Em transformação para "Perona

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada".

De Cr\$ 80.000,00 para Cr\$

300.000,00

Instrumento de 12 de abril de 1970

— Concessão de Dependência

— Alteração Contratual:

L7100103-75 — Mundial Distribui-

dora de Títulos e Valores Mobiliários

Limitada.

Em transformação para "Perona

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada".

Em Belo Horizonte (MG)

Instrumento de 12 de abril de 1973

— Mudança de Denominação — Al-

teração Contratual:

L7100103-76 — Mundial Distribui-

dora de Títulos e Valores Mobiliários

Ltda.

Adotada a denominação "Perona

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada".

Instrumento de 12 de abril de 1976

— Mudança de Denominação da Se-

de — Alteração Contratual:

L7100169-76 — Mundial Distribui-

dora de Títulos e Valores Mobiliários

Limitada.

Em transformação para "Perona

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada".

De Vitoria (ES) para Belo Horiz-

onte (MG)

Instrumento de 11 de abril de 1976

Sociedades Corretores

— Aumento de Capital — Alteração

Contratual:

N.º 5.114.763-76 — Pedro Faraco —

Sociedade Corretora de Cambio e Va-

lores Mobiliários

De Cr\$ 100.000,00 para Cr\$

2.160.000,00

Instrumento de 28 de junho de 1976

Sociedades Corretores

— Aumento de Capital — Reforma

do Estatuto:

N.º 5.114.763-76 — Pedro Faraco —

Sociedade Corretora de Cambio e Va-

lores Mobiliários

De Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$

10.000.000,00

Instrumento de 27 de abril de 1973

— Mudança de Denominação — Re-

forma do Estatuto:

N.º 7.001.310-76 — Agular, Espíri-

tu e Vila Real S. A. — Corretora de Ca-

mbo e Valores Mobiliários

Adotada a denominação "Leite Brac-

entes S. A. — Corretora de Cambio

e Valores Mobiliários".

A. G. E. de 13 de março de 1973.

— Alteração do Estatuto:

N.º 5.019.910-76 — Capital S. A. —

Sociedade Corretora de Valores

A. G. E. de 23 de abril de 1976.

Sociedades Distribuidoras

— Alteração Contratual:

N.º 3.000.000-76 — Econômico —

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada.

Instrumentos de 19 de março de 1970 e 15 de junho de 1973.

— Aumento de Capital — Alteração

Contratual:

N.º 7.011.673-76 — C. L. W. —

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Limitada.

De Cr\$ 100.000,00 para Cr\$

2.160.000,00

Instrumento de 28 de junho de 1976

Sociedades Corretores

— Aumento de Capital — Reforma

do Estatuto:

L7100230-76 — Residencial S. A. —

Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários

De Cr\$ 400.000,00 para Cr\$

10.400.000,00

A. G. E. de 2 de julho de 1976.

Notificações

No Diário Oficial de 6 de julho de 1976. (Seção I, Parte III, página ..

2.600):

1^a coluna, Linha 55

Onde se lê: N.º 416031-76 — Excel-

so — Corretor —

1^a coluna, Linha 53

Onde se lê: 416031-76 — Minas In-

vestimentos.

1^a coluna, Linha 53 — Minas In-

vestimentos.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL

DE ESTAIAS DE RODAGEM

PORTARIA DE 23 DE JUNHO

DE 1973

O Diretor-Geral do Departamento

Nacional de Estaias de Rodagem,

usando da prerrogativa que lhe con-

cede o artigo 11 do Decreto-Legisla-

tório 61, de 21 de março de 1939, comi-

blado com o artigo 61, inciso XVI

do Regulamento aprovado pela Portaria

n.º 33, de 13 de janeiro de 1975, do

Ministério dos Transportes, resolve:

N.º 73 — Declara de utilidade pú-

blica, para efeito de desapropriação

e aquisição a fins rodoviários, área de

terra e benfeitorias porventura nela

encontradas abrangidas pela faixa de

domínio de 60 metros da rodovia ...

BR-232-201/PE, trecho Contorno de

Recife, subtrecho Interseção com a

estrada Leandro Barreto, a altura da

estaça 78, conforme projeto aprovado

no processo n.º 40.700-75.

N.º 74 — Declara de utilidade pú-

blica, para efeito de desapropriação

e aquisição a fins rodoviários, área de

terra e benfeitorias porventura nela

DOCUMENTO ILEGÍVEL

Horário da Redação

O Setor de Redação funcionará para atendimento do público, das 11 às 17 horas.

Dos Originais

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indeleável, a critério do D.I.N.

Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

Reclamações

As reclamações pertinentes à matéria abrangida, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

EXPEDIENTE

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITTO FERREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHIEF DO SERVIÇO EDITORIAL
MARIA LUZIA DE MELO

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada (Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		funcionários	
Semestral	Cr\$ 65,00	Semestral	Cr\$ 65,00
Anual	Cr\$ 165,00	Anual	Cr\$ 125,00
Exterior		Exterior	
Anual	Cr\$ 240,00	Anual	Cr\$ 195,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

encontradas abrangidas pela faixa de domínio de 50 metros da rodovia ... BR-070/361-MT, trecho Contorno de Cuiabá, entre as estacas 0 - 227 e 12,12, numa extensão de 18.552 Km, conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria n.º DR.P. 095-76 e consonte desenhos números 1-PEET-2.515-76 até 2.527-76, que baixam com o processo número 481.936-73.

N.º 32 — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas, abrangidas pela faixa de domínio de 50 metros, da rodovia ... BR-364-RO, trecho Porto Velho — Rio Madeira "Abuná", entre as estacas 0 - 4312 + 1.77 - 4312 + 9,15 - 6.931 + 18,53 - 6.935 - 8173 + 5,38 = 6177 - 11.175 + 12,76, numa extensão de 223,77 Km, constante projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria n.º DR.P. 89-76 e consonte desenhos números PEET-2.522-76 até PEET-7.19-76 que baixam com o processo n.º 42.976 de 1975.

N.º 63 — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários área de terra e benfeitorias porventura nela encontrada abrangidas pela faixa de domínio (Irregular) da rodovia ... BR-040/RJ, trecho Rio de Janeiro — Petrópolis, subtrecho Posto de Pedágio km 20 + 100, entre as estacas 182 + 10,00 e 228, numa extensão de 710 metros, consonte projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria n.º DR.P. 90-76 e consonte desenho n.º PEET-7.91-76 que baixa com o processo n.º 13.583-76. — David Elkino Schurter — Admistrador da Silva.

PORTRARIA N.º 034, DE 29 DE JUNHO DE 1976

O Director-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem,

Assinaturas

As assinaturas para o exterior serão anuais.

As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovação de sua situação funcional.

Remessa de Valores

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

usando da prerrogativa que lhe concede o artigo 14 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1963, combinado com o artigo 61, inciso XVI, do Regimento aprovado pela Portaria nº 33, de 13 de janeiro de 1975, do Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, e o constante do processo administrativo nº 355.318-76, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas, abrangidas pela faixa de domínio de 50 metros, da rodovia ... BR-101 (LE) — Rio — Santos, Mário Guaratuba, Município e Comarca de São Sebastião, com área de ... 59.538m². Km 115,4 de propriedade do Sr. Cláudio Alívio Gonçalves; — Caixa de Emprestimo nº 09 - 1-A localizada a 2.062,00m do eixo da BR/101 (LE) — Rio — Santos, Mário Guaratuba, Município e Comarca de São Sebastião, com área de ... 59.538m². Km 115,4 de propriedade do Sr. Cláudio Alívio Gonçalves; — Caixa de Emprestimo nº 09 - 1-A localizada a 1.440,00m do eixo da ... BR/101 (LE), Morro da Juréia, Município e Comarca de São Sebastião, com área de ... 16.856m². Km 56,6: Caixa de Emprestimo nº 17 — localizada a 2.238,50m do eixo da BR-101 (LE), Morro Itaguari, Município e Comarca de Santos, com área de ... 23.797,00m². Km 125,1 de propriedade de Itaguari Agrícola Industrial S. A. — São Paulo: Caixa de Emprestimo nº 19 — localizada a 6.538,50m do eixo da BR/101 (LE), Praias Paulistas, Município e Comarca de Santos, com área de ... 31.704,00m². Km 134,4 de propriedade do Sr. Alfredo Vieira da Silva; Caixa de Emprestimo nº 19 - 3.036-73 a PEET 3.034-73, PEET - 3.036-73 a PEET 3.034-73, PEET - 3.036-73 a PEET 3.034-73 e PEET - 3.035-73 a PEET - 3.101-73 constantes do processo nº 32.203-73 e que ficam depositados no Arquivo Técnico, deste Departamento. — David Elkino Schurter —

O Director-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto na alínea do item 5 da Instrução Normativa DASp nº 46, de 19 de agosto de 1976, resolve:

N.º 3.662 — Designar o servidor Antônio Carlos Neves Passos, matrícula nº 2.179.041, ocupante da cargo (ou de emprego) de Agente de Portaria do Quadro (ou Tabata), Permanente do Departamento Nacional

de Estradas de Rodagem, para exercer a função de Chefe da Turma de Arrecadação de Igarapé nº 3, código DAI-111.1 (SA), do Serv. de Oper. da Div. de Pedágio, da Diretoria de Trânsito, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da 1ª categoria da Carreira Funcional de Agente Administrativo correlata com a referida função de acordo com o Decreto nº 75.818, de 4 de junho de 1975, publicado no Suplemento nº 106 do Diário Oficial da União, de 9 de junho de 1975. — Procurador Mauricio Couto Cesar.

Diretoria de Pessoal

PORTARIAS DE 8 DE JULHO DE 1976

O Director da Diretoria de Pessoal, usando da competência delegada pelo Sr. Director-Geral, através da Portaria nº 068, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de maio de 1971, resolvi:

N.º 2.660 — Designar o Ag. Adm. Mário Miguel, matrícula nº 23.157, para substituir a Secretaria Administrativa, DAI-111.1 (SA), do Grupo de Polícias e Avaliações, da Procuradoria Geral, em seus impedimentos eventuais.

N.º 2.661 — Designar o Enz. Cel. do Oliveira Ferreira, matrícula nº 2.575-CLV, para responder pelo expediente da Divisão de Transporte de Passageiros, da Diretoria de Transporte Rodoviário, no impedimento do seu titular e substituí-lo eventualmente.

N.º 2.667 — Dispensar o Ag. Adm. Aluisio Ornellas Quadros, matrícula nº 23.403, da função de substituto do Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção, em seus impedimentos eventuais.

N.º 2.669 — Designar o servidor Helder Franco Ferraz Filho, matrícula n.º 113, para substituir o Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Diretoria de Conservação, da Diretoria de Manutenção, em seus impedimentos eventuais.

N.º 2.670 — Dispensar o Eng. Rivaldo Catagni, matrícula n.º 1.345-CLT, da função de substituto do Chefe do Serviço de Cestas e Produção, da Divisão de Construção, da Diretoria de Obras, em seus impedimentos eventuais.

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando das atribuições que lhe conferem os itens I, II, XVII e XVIII do artigo 93 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial nº. MT-36, de 13 de janeiro de 1973, da competência delegada pelo Diretor-Geral, através da Portaria n.º 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, e de conformidade com o disposto no Decreto n.º 75.818, de 4 de junho de 1973, resolve:

N.º 2.661 — Dispensar o servidor Antônio Carlos Neves Pires, matrícula n.º 2.179.011, da função integrante das Categorias Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Turma de Arrecadação de Pedágio n.º 7, do Serviço de Operações, da Divisão de Pedágio, da Diretoria de Trânsito.

N.º 2.664 — Dispensar o servidor Rubens Fernandes, matrícula número 1.269.967, da função integrante das Categorias da Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Seção de Registro, do Serviço de Cadastro, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção.

N.º 2.665 — Dispensar a Ag. Adm. R. S. Cossi da N. E. P. de Quiriz, matrícula n.º 2.179.672, da função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-

111.1, de Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Direção de Conservação, da Diretoria de Manutenção.

N.º 2.666 — Designar a Ag. Adm. Regina Corrêa da N. E. P. de Quiriz, matrícula n.º 2.179.672, para exercer a função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1 (SA) de Chefe da Seção de Registro, do Serviço de Cadastro, da Divisão de Conservação, da Diretoria de Manutenção.

N.º 2.668 — Designar o Ag. Adm. Aluísio Ornelas Quares, matrícula n.º 23.483, para exercer a função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1 (SA), de Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Direção de Conservação, da Diretoria de Manutenção.

N.º 2.671 — Dispensar a pedido, o Ag. Adm. Plauto Exposito de Paiva, matrícula n.º 1.092.490, da função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Turma de Arrecadação de Pedágio n.º 3, do Serviço de Operações, da Divisão de Pedágio, da Diretoria de Trânsito.

N.º 2.672 — Dispensar a pedido, o Téc. de Com. Social Eloy Noyes Machado, matrícula n.º 2.179.223, da função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Seção de Programação e Especificação, do Serviço de Programação e Controle, da Divisão de Material, da Diretoria de Administração.

N.º 2.673 — Disponibilizar o servidor Víctor Máximo, matrícula número 2.085.933, da função integrante das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111.1, de Chefe da Turma de Arrecadação de Pedágio número 9, do Serviço de Operações, da Divisão de Pedágio, da Diretoria de Trânsito.

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S. A.

Companhia Docas do Rio de Janeiro

PORARIAS DE 2 DE JULHO DE 1976

O Diretor Presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria número 235, de 24 de maio de 1973, do Ministro dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 1973, (Seção I — Parte II), resolve:

N.º 1.866 — Conceder aposentadoria — a partir de 1º de julho de 1976, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar (Ex-APRJ), do Ministério dos Transportes:

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Argemiro Ferreira Tavares — matrícula 7.011 — Mont. Linhas Férreas — Nível 10-B 4.303-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Carlos Mendonça dos Santos — matrícula 6.533 — Op. de Carga — Nível 9-A 3.934-73

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 176, Item III, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item I e 102, Item II, da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Cezar de Souza — matrícula 2.063 — Mestre — Nível 14-D 3.923-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 176, Item II e 184, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Cláudino Rodrigues de Araújo França — matrícula 3470 — Enc. T. de Op. de Carga — Nível 13-B 4.631-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 176, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

N.º 1.866 — Conceder aposentadoria — a partir de 1º de julho de 1976, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar (Ex-APRJ), do Ministério dos Transportes:

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Francisco Jorge — matrícula 6601 — Op. de Carga — Nível 11-B 4.230-73

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Izemel Américo de Senff'Anna — matrícula 5327 — Enc. T. Op. de Carga — Nível 12-A 4.327-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Jorge Caetano da Silva — matrícula 2816 — Enc. T. Op. de Carga — Nível 14-B 4.373-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Jose Domingos de Oliveira — matrícula 2975 — Mec. Lo-

comotiva — Nível 13-B 4.451-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Jorge Pinheiro — matrícula 6537 — Mont. Linhas Férreas

Nível 10-B 4.313-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item I e 102, Item F, e da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Luis Gómez — matrícula 5109 — Mec. Motor a Combustão

Nível 10-A 3.993-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II e 184, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Acácio Ferreira — matrícula 7288 — Op. de Carga — Nível

11-B 4.120-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Antônio José de Castro — matrícula 7350 — Mot. Operador

Nível 12-C 4.191-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com os Artigos 173, Item II, da Lei número 1.711, de 1952, 101, Item III e 102, Item I, alínea a da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Antônio Mariano Júnior — matrícula 8021 — Guarda Portuária — Nível 14-D 4.537-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com o Artigo 197, alínea e da Constituição Federal.

NOME — SÉRIE DE CLASSES — PROCESSO

Arteiro de Oliveira — matrícula 5153 — Op. de Manobras

Nível 10-B 3.873-76

Fundamento Legal:

Lei número 1.163, de 1950, combinada com o Artigo 197, alínea e da Constituição Federal.

Sapão Pires Vieira

MINISTÉRIO

DA AGRICULTURA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL

DO ABASTECIMENTO

PORTARIA N.º 159 DE 11-76
JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete da Superintendência Nacional do Abastecimento

SUNAB, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º da Portaria SUNAB n.º 419, de 28 de junho de 1971, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência a servidora Beatriz Freitas da Jesus, Agente Administrativo SA-801.6, matrícula n.º 2.131.521, apresentando respostas para funções de Assis-

tente do Gabinete do Superintendente, para, nos imprevistos ou temporários ou eventuais do delegante, exercer as atribuições contidas no art. 1º, item 7, da Portaria FUNAD nº 410, de 23 de junho de 1974, abaixo transcritas:

Ordenar despesas, emitir empenhos, autorizar pagamentos, suprimentos, dispensas, reconhecer atividades de exercícios anteriores, inscrição de despesas na conta, "Resstos a Pagar" e movimentar, juntamente com o Tesoureiro Geral, os recursos finan-

cípios da SUNAB, exercitando tais poderes observando as normas de administração financeira e de contabilidade, prescritas no Título X, do Decreto-Lei nº 220, de 25 de fevereiro de 1967, bem como as demais disposições legais pertinentes".

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.
— Carlos Eurico Xavier de Castro

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

PLANO DE APLICAÇÃO - EXERCÍCIO DE 1976

ENTIDADE: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO: ATIVIDADES 4302. 04. 15.039. 1594
SUBPROJETO: CULTIVO DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS
FONTE DE RECURSOS: B 51 - CRÉDITOS DE CRÉDITO INTERNO
ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0
PROCESSO NO COSEB/76
DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO 09/06/76
DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
01	Pessoal Mais Difícias	196.300,00
02	Mat. de Consumo	101.700,00
03	Serv. de Terceiros e Encargos Diversos	55.000,00
05	Eq. e Instalações	88.030,00
06	Cont. à Providência	53.030,00
TOTAL	—	500.000,00

PLANO DE APLICAÇÃO EXERCÍCIO DE 1976

ENTIDADE: SUDENE
PROJETO: ATIVIDADES 4302 . 04. 15. 039. 1594
SUBPROJETO: TECNOLOGIA PESQUISTA
FONTE DE RECURSOS: B.01 . OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO
ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0
PROCESSO Nº 01130/76
DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO
DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
01	Pessoal	42.000,00
02	Mat. de Consumo	3.000,00
03	Serv. de Terceiros e Enc. Diversos	126.900,00
05	Eq. e Instalações	4.000,00
06	Mat. Permanente	24.000,00
TOTAL	—	200.000,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDENE
PLANO DE APLICAÇÃO - EXERCÍCIO DE 1976
ENTIDADE: DIVISÃO DE PESCA MARÍTIMA DO INST. DE PESCA-C.P.R.N.
PROJETO: ATIVIDADES 4302. 04. 15.039. 1594
SUBPROJETO: CULTIVO DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS
FONTE DE RECURSOS: A-00- RECUSOS DO TESOURO NÃO VINCULADO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.2 - 4.1.3.0 - 4.1.2.0
PROCESSO Nº 01028/75
DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO 02/06/75
DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
3.1.3.2.	Serviços de Terceiros	91.200,00
4.1.3.0.	Eq. e Instalações	453.000,00
4.1.2.0.		
0.2.	Mat. de Consumo	100.000,00
0.3.	Serviços de Terceiros	508.800,00
0.5.	Eq. e Instalações	327.000,00
TOTAL	—	1.500.000,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDENE
PLANO DE APLICAÇÃO - Exercício de 1976
ENTIDADE: PESCAT
PROJETO: 04.15.089.1594
SUBPROJETO: ASSISTÊNCIA À PESCA ARTESENAL
FONTE DE RECURSOS: A - 0.0. DO TESOURO NÃO VINCULADO
ELEMENTO DE DESPESA:
PROCESSO Nº
DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO
DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
3.1.2.0	Mat. de Consumo	150.000,00
3.1.3.2	Outros Serv. de Terceiros	152.500,00
TOTAL	—	302.500,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE
 PLANO DE APLICAÇÃO - Exercício de 1976
 ENTIDADE: PESQUISAS
 PROJETO: 04.15.039.1594
 SUBPROGRAMA: ASSISTÊNCIA A PESCA ARTEFICIAL
 FONTE DE RECURSOS: A - 0.0 - DO MESOURO NÃO VINCULADO
 ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0
 PROCESSO Nº 00852/76
 DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO -
 DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
01	Pessoal	961.432,62
02	Mat. de Consumo	200.667,48
03	Serv. Terc. Enc. Divor.	2.163.152,70
05	Equip. e Instalações	224.751,20
06	Mat. Permanente	87.196,00
08	Cont. Prev. Social	362.300,00
TOTAL	—	4.000.000,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE
 PLANO DE APLICAÇÃO - EXERCÍCIO DE 1976
 ENTIDADE: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO EST. DE SÃO PAULO - COORDENADORIA DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS.
 PROJETO: ATIVIDADE 4302. 04. 15.039. 1594
 SUBPROGRAMA: PESQUISA DE RECURSOS DE ÁGUAS INTERIORES
 FONTE DE RECURSOS: B 61 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO
 ELEMENTO DE DESPESA: 4120
 PROCESSO Nº 0/01629/76
 DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO 02/06/76
 DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
02	Mat. de Consumo	199.000,00
03	Serv. de Terceiros	546.000,00
05	Eq. de Instalações	255.000,00
TOTAL	—	1.000.000,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE
 PLANO DE APLICAÇÃO
 ENTIDADE: U.F.C., LAB. DE CIÊNCIAS DO MAR-LABOMAR-FORTALEZA. CE.
 PROJETO: PESQ. DE BIO-ESTATÍSTICA DA PESCA E TEC. DE CAPT. DE REC. PESQUEIROS.
 SUBPROGRAMA: CULTIVO DE ESP. MARINHAS E ESTUARINAS E ADM. DE REC.
 FONTE DE RECURSOS: B-51- OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA. PESQUEIROS
 ELEMENTO DE DESPESA: 4120
 PROCESSO Nº 0/00148
 DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO 13/06/76
 DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
01	Pessoal mais Diárias	524.000,00
02	Mat. de Consumo	76.000,00
03	Serv. de Terceiros	396.846,00
05	Eq. e Instalações	133.350,00
08	Cont. P/ Previdência Social	119.004,00
TOTAL	—	1.250.000,00

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE
 PLANO DE APLICAÇÃO - EXERCÍCIO DE 1976
 ENTIDADE: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 PROJETO: ATIVIDADE 4302. 04. 15.039. 1594
 SUBPROGRAMA: MELHORIA DA TECNOLOGIA PESQUEIRA
 FONTE DE RECURSOS: B.61 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO
 ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0.
 PROCESSO Nº 00764/76
 DATA DA ASSINATURA DO CONVÉNIO 10/06/76
 DATA DA APROVAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr\$
01	Pessoal	150.000,00
02	Mat. de Consumo	220.000,00
03	Serv. Terceiros	30.000,00
TOTAL	—	400.000,00

**ESCOLA TÉCNICA FEDERAL
DO AMAZONAS**
PORTEIRA N° 665, DE 7 DE JUNHO DE 1976

O Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a conclusão do processo seletivo dos servidores que constituem o efetivo originário C. L. T., concorrente às Categorias Funcionais - que menciona, resolve:

Honelugar o resultado da prova realizada no dia 2 de junho de 1976, autorizada pelo despacho do Senhor Coordenador de Recrutamento e Seleção do D.A.S.P. — Processo número 8.931-76 — de 25 de maio de 1976:

1. Técnico de Assuntos Educacionais
Elenice Zadotzky — 90,0
2. Bibliotecário
Maurício Oliveira Quiriz — 70,0
3. Odontólogo
Marcine Albuquerque de Mello — 80,0
4. Contador
Maria Ercília Ramos Sanches — 90,0
5. Telefônica
Francisca Ferreira Costa — 80,0
6. Maria Círcia Conceição da Silva — 60,0
7. Auxiliar Operacional de Serviços Gerais
Maria de Nazaré Soares Ramos — 70,0
8. Mervaldo de Almeida Monteiro — 60,0
9. Artífice de Estrutura de Obras e Materiais
Juilzio Santos — 80,0
10. Aliro Maciel Parente — 60,0
11. Artífice de Carpintaria e Marmoraria
José Pedro Queiroz — 60,0
12. Dá-se ciência. Publique-se. Cum-
bra-se. — *José Pinto Pessos Neto.*

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
**DETERMINAÇÕES DE SERVIÇO
DE 8 DE JUNHO DE 1976**

A Diretora de Pessoal, no uso de sua atribuição delegada pelo Magistrado Reitor, conforme alínea "b", do inciso I, do item 1, da Portaria n.º 3.636, de 10 de outubro de 1974, publicada no Boletim de Serviço número 193, de 17 de outubro de 1974, resolve:

N.º 100 — Dispensar, a pedido, a partir de 1 de junho do corrente ano, Roberto de Barros Bonaventura na função de Professor Assistente, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Departamento de Ciências dos Materiais, do Centro Tecnológico desta Universidade.

N.º 103 — Dispensar, a pedido, a partir de 1 de maio do corrente ano, Antônio Luiz Nunes Viana Ferreira na função de Electrotécnico, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Hospital Universitário Antônio Pedro desta Universidade.

N.º 104 — Dispensar, a pedido, a partir de 8 de março do corrente ano, José Francisco Miguel da Jumila de Auxiliar Administrativo II, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Centro de Estudos Sociais Aplicados desta Universidade.

N.º 105 — Dispensar, a pedido, a partir de 1 de janeiro corrente ano, Alvaro Felix da Oliveira na função de Auxiliar de Ensino, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Departamento de Medicina Clínica do Centro de Ciências Médicas desta Universidade. — *Durval Motta Monteiro, Resp. p/Diretoria de Pessoal.*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA**
**DETERMINAÇÕES DE SERVIÇO
DE 23 DE JUNHO DE 1976**

O Diretor do Pessoal, no uso de sua atribuição delegada pelo Magistrado Reitor, conforme alínea "b", do inciso I, do item 1, da Portaria n.º 3.636, de 10 de outubro de 1974, publicada no Boletim de Serviço número 193, de 17 de outubro de 1974, resolve:

N.º 100 — Dispensar, a pedido, a partir de 19 de abril do corrente ano, Ruy de Almeida Vilela da função de Auxiliar de Ensino, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Departamento de Medicina Clínica, do Centro de Ciências Médicas Gestão Universidade.

N.º 110 — Declinar aposentadoria, compulsoriamente, de acordo com o artigo 173, item 1, combinado com o artigo 167, da Lei n.º 1.711, de 20 de outubro de 1932, e observado o disposto no item II do artigo 101 da Constituição, a partir de 6 de setembro de 1975, Manoel Marques da Paz, matrícula n.º 2.286.217, no cargo de Servente, nível 5, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade.

N.º 111 — Dispensar, a pedido, a partir de 1 de junho do corrente ano, Sueli Roberto Costa, Auxiliar Administrativo II, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia desta Universidade.

N.º 112 — Dispensar, a pedido, a partir de 1 de junho do corrente ano, Sergio Dinísio de Carvalho, da função de Auxiliar Administrativo II, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo junto ao Centro Tecnológico desta Universidade.

N.º 113 — Dispensar, a pedido, a partir de 26 de maio do corrente ano, Alvaro Kanbach Magalhães da função de Auxiliar Administrativo II, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo

junto ao Centro de Ciências Médicas Gestão Universidade.

N.º 115 — Retificar a D.P.S. — D.D.P. n.º 30, de 22 de abril de 1976, publicada no B.E. n.º 30, de 23 de abril de 1976, na parte referente à data da cessação de Vinculo Empregatício da Auxiliar de Ensino, Laís Maria Borges de Melo n.º 88, que é 19 de abril do corrente ano, e não conforme consta na mesma. — *Durval Motta Monteiro, Resp. p/Diretoria de Pessoal.*

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ**
PORTARIA N.º 11.613, DE 16 DE JUNHO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso da competência que lhe confere o artigo 30, item VII do Estatuto, resolve:

Conceder exoneração, de acordo com o artigo 73, item 1, da Lei número 1.711, de 20 de outubro de 1932, no Quadro Permanente da Universidade Federal do Paraná, a partir de 4 de julho do corrente ano, Arnaldo Marques de Faria, matrícula n.º 1.381.388 no cargo de Professor Titular FC-501, da Série de Ciências da Saúde e do Quadro Único de Pessoal — Parceiro Permanente — da Universidade Federal do Paraná. — Processo número 63.024-76. — *Técodisco Jorge Athêno.*

PORTARIA N.º 11.630, DE 23 DE JUNHO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto n.º 72.912, de 10 de outubro de 1972, e tendo em vista o disposto na alínea "b" do item 5 da Instrução Normativa, D.A.S.P. n.º 40, de 19 de agosto de 1973, resolve:

Designar Sônia Bittner Leite, ocupante do cargo de Técnico de Administração, NS-923.4, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Paraná, para exercer a função de Auxiliar Administrativo II, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que vinha exercendo

o cargo de Secretária Adjunta, nível 4, do quadro funcional da Agente Administrativo, c.º 101, combinado com a função referida, de acordo com o Decreto supracitado. — Processo número 63.100-76. — *Técodisco Jorge Athêno.*

**PORTARIAS DE 24 DE JUNHO
DE 1976**

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, usando da competência que lhe confere o artigo 30, item VII do Estatuto, resolve:

N.º 11.631 — Aposentar de acordo com o artigo 101, item III, parágrafo único e artigo 102, item I, alínea "a", da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. Eleonete Zanotto Ristow, matrícula n.º 2.075.078, no cargo de Tecnologia, Código NM-1618.7, do Setor de Tecnologia e do Quadro Permanente da Universidade Federal do Paraná. — Processo número 61.561-76. — *Técodisco Jorge Athêno.*

N.º 11.632 — Declarar aposentado compulsoriamente, de acordo com o artigo 173, item 1, combinado com o artigo 167, da Lei n.º 1.711, de 20 de outubro de 1932, a partir de 4 de julho do corrente ano, Arnaldo Marques de Faria, matrícula n.º 1.381.388 no cargo de Professor Titular FC-501, da Série de Ciências da Saúde e do Quadro Único de Pessoal — Parceiro Permanente — da Universidade Federal do Paraná. — Processo número 63.024-76. — *Técodisco Jorge Athêno.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO**
**PORTARIAS DE 23 DE JUNHO
DE 1976**

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º, parágrafo único, do Decreto n.º 51.352, de 23 de novembro de 1961, resolve:

N.º 334 — Declarar aposentado compulsoriamente, de acordo com o artigo 101, item II e 102, item II, da Constituição, a partir de 3 de fevereiro de 1976, Lázaro de Oliveira Lins, matrícula n.º 2.667.766, no cargo de Técnico em Radiologia, NM 1903, referência 26, do Quadro Permanente desta Universidade. —

N.º 335 — Conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 197, letra c, da Constituição, combinado com o artigo 1º, § 2º, item II, da Lei n.º 5.315, de 12 de setembro de 1957, a Péricles de Albuquerque Melo, matrícula n.º 1.000.381, II, eng. do Agente de Portaria, II, 1202, referência 16-C, do Quadro Permanente desta Universidade. (Processo número UFPE. n.º 20.510-76).

N.º 336 — Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n.º 1.711, de 20 de outubro de 1932, a Natanael Pereira Gomes, a partir de 1 de junho de 1976, do cargo em comissão, símbolo 7C, de Diretor da Divisão Administrativa do Hospital das Clínicas, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade.

N.º 337 — Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III, e 102, item I, letra a, da Constituição, combinado com o artigo 1º da Lei n.º 6.226, de 14 de julho de 1975,

**SEGURADO ACIDENTES
DO TRABALHO**
REGULAMENTO
Divulgação n.º 1.046
PREÇO: Cr\$ 0,50
A VENDA
Na Cidade do Rio de Janeiro
Posto de Venda — Sede: Av. Rodrigues Alves, 1
Posto de Venda I: Ministério da Fazenda
Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento — Corredor D — Sala 311
Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal
Em Brasília
Na sede do D.I.N.

publicada no *Diário Oficial* de 15 de setembro, n.º 2.601.211 no cargo de Artífice de Mecânica, ART.702, ref. 30, Classe Mecânica, do Quadro Permanente desta Universidade. (Processo UFPE, n.º 28.159-76).

N.º 461 — Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III e 102, item I, letra i da Constituição, combinado com os artigos 73, parágrafo 2º e 117 da Lei n.º 1.711 de 26 de outubro de 1956, a José Lúcio de Andrade, matrícula número 1.933.507, no cargo de Agente de Portaria, TP.1202, referência 16.C, do Quadro Permanente desta Universidade. (Processo UFPE, n.º 25.245 de 1976).

PORATARIA DE 29 DE JUNHO DE 1976

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do artigo 33, alínea n.º c/o Estatuto da mesma Universidade, resolve:

Considerar rescindido de acordo com o contido no artigo 422, letra i, da Consolidação das Leis do Trabalho.

N.º 403 — A partir de 13 de julho de 1976, o contrato de trabalho do servidor Oscar Leopoldo de Souza, ocupante do emprego de Analista de Escritório, regido pela C. L. T., lotado no Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e constante das Tabelas desta Universidade;

N.º 404 — A partir de 1 de junho de 1976, o contrato de trabalho do servidor Maria da Penha Machado, ocupante do emprego de Auxiliar de Escritório, regido pela C. L. T., lotado na Reitoria e constante das Tabelas desta Universidade;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PORATARIA N.º 205, DE 24 DE

O Vice-Reitor em exercício da Universidade Federal de Pelotas, n.º 1.790.029, no cargo de Auxiliar Rural, P-209.3, do Quadro de Pessoal Ex-intituto desta Universidade, lotado no Colégio Agrícola "Visconde da Graça", com provimentos integrais de seu cargo, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), correspondentes a 5 (cinco) quinquênios de serviço público efetivo. — Prof. Alexandre Aluizio F. da Cunha.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

PORATARIA N.º 617 DE 18 DE JULHO DE 1976

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta no Processo DASP-N.º 001857/76,

RESOLVE admitir, sob o regime da legislação trabalhista, no emprego de Assistente Social, Código LT-NS-930.1, os seguintes candidatos habilitados em concurso público, nas datas abaixo especificadas:

Nº ORDEM	NOME	DATA ADMISSÃO
01	YULIE SADO	17/05/76
02	EDNA MARIA BATISTA	12/05/76
03	CLARI CLEONIS ZACCARON DA SILVA	06/04/76
04	SÔNIA CAVALCANTE SALES SILVA	07/04/76
05	VANIR FERNANDES	08/04/76

Prof. Paulo de Bastos Ferreira

PORATARIA N.º 632 DE 30 DE JUNHO DE 1976

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta no Processo n.º DASP-215684/76,

RESOLVE admitir, sob o regime da legislação trabalhista, no emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-801.2, os seguintes candidatos habilitados em concurso público, nas datas especificadas:

Nº ORD.	NOME	DATA ADMISSÃO
01	ALTAMIRO JOSÉ DA COSTA	07.05.76
02	ADEMAR LUIZ MACHADO	04.05.76
03	ANTONIETTA SILVA OLIVEIRA	11.05.76
04	MARIA ADADIA RIBEIRO	07.05.76
05	DIVA ARAÚJO BASTOS	11.05.76
06	MARIA CELESTE RIBEIRO	26.05.76
07	EURIPEDES COMES DE MIRANDA	19.05.76
08	ELIEZER FERREIRA DA COSTA	25.05.76
09	JUVENTAL ZANFRANCESCHI NETO	09.06.76
10	ABEL BATISTA LEMES	29.04.76
11	JOÃO ELIAS TEIXEIRA E SILVA	30.04.76
12	HÉLIO JOSÉ PEREIRA	26.05.76
13	JOSÉ ADSON DE SOUSA	17.05.76
14	MARIA FERREIRA DE SOUSA	06.05.76
15	MODESTO BATISTA GOMES	25.05.76
16	ANTONIO MARTINS FILHO	14.05.76
17	SABATINO JOSÉ DI MAIO	05.05.76
18	BERCHIOLINA BERNARDES VIEIRA	25.05.76
19	JOÃO EVANGELISTA FRANCO DO CARMO	21.05.76
20	SAULO EMÍDIO DOS SANTOS	03.05.76
21	EUFROSINA TEREZINHA LEÃO	05.05.76
22	MALVINA LÚCIA GOMES	04.05.76
23	ANTONIO SOUSA DOS SANTOS	26.05.76
24	NELSON RAFAEL AUAD	04.05.76
25	CLARINDO PEREIRA DA SILVA	17.05.76
26	GERALDO DO CARMO	30.04.76
27	MARILENE ROSSI DE MENDONÇA BUENO	19.06.76
28	MARIA ANTONIA DA SILVA	30.04.76
29	ANAILDA DA SILVEIRA MOREIRA	30.04.76

Prof. Paulo de Bastos Ferreira

PORATARIA N.º 633 DE 30 DE JUNHO DE 1976

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, usando de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que consta no Processo n.º DASP-215685/76,

RESOLVE admitir, sob o regime da legislação trabalhista, no emprego de Auxiliar de Laboratório, Código LT-NM-1005.1, os seguintes candidatos habilitados em concurso público, nas datas abaixo especificadas:

Nº ORD.	NOME	DATA ADMISSÃO
01	ALDA MARIA AZEVEDO BARROS DIAS	12.05.76
02	JOSÉ PAULA DO SANTOS	12.05.76
03	MILCA DOS ANJOS BUENO	25.05.76
04	FRANCISCO LOUREDO DA SILVA	07.06.76
05	LAZARO PAULO CALVÃO	27.05.76

Prof. Paulo de Bastos Ferreira

**CONSELHO FEDERAL
DE ENGENHARIA,
ARQUITETURA E AGRONOMIA**

Notificação

Nº Resolução nº 210, de 28 de maio de 1976, publicada no Diário Oficial Série I — Folha 313, de 13 de junho de 1976, na página 2412.

Nº Artigo 3º,

Onde se lê:

§ 3º O primeiro mandatário ...

Lê-se:

§ 3º O primeiro mandato ...

Nº Artigo 4º,

Onde se lê:

... e Agronomia da 21ª Reunião...

Leia-se:

... e Agronomia da 21ª Reunião, ...

Nº Artigo 5º,

Onde se lê:

... é adotado, no que concerne...

Lê-se:

... será adotado, no que couber...

No fecho da Resolução.

Onde se lê:

— Eng. Civil e Eletrônico Infácio de Lima Ferreira ...

Lê-se:

— Eng. Civil e Eletrônico Infácio de Lima Ferreira ...

**CONSELHO REGIONAL
DE ENGENHARIA
ARQUITETURA E AGRONOMIA**

5ª Região

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente de 2.7.76

Processos:

Nº 447-65 — Italo Suanno — Deferido.

Nº 1.351-67 — A. Goldman & Cia. Ltda. — Cancelado.

Nº 7.055-71 — Amauri dos Santos Valente — Interferido.

Nº 9.021-75 — Sad — Projetos e Construções Itaia. — Registre-se "ad referendum" da Câmara de Engenharia Civil.

Nº 8.353-76 — David Fernandes Gonçalves — Notifique-se.

Nº 2.016-76 — Engil — Engenharia e Instalações Ltda. — Registre-se no nome do prof. instal. de ar condicionado.

Nº 4.735-78 — Pomiex — Mineração e Prosspecções Minerais — Registre-se prospecções minerais.

Nº 3.321-76 — Indústria de Carrocerias Metropolitana — Registre-se Indústria de Camionetas.

Nº 4.107-76 — Amrix — Andrade Macêdo Construções Ltda. — Registre-se.

Nº 7.123-76 — Cururuks Eletrônicos Ltda. — Registre-se.

Expediente de 8.7.1976

Processos:

Nº 1.201-67 — A. Goldman & Cia. Ltda. — Cancelado o registro.

Nº 2.318-67 — Bento José Vieira — Notifique-se o interessado.

Nº 7.454-68 — Nelson Rodrigues — Deferido.

Nº 9.203-71 — Montae — Projetos e Construções Técnicas Ltda. — Deferido por sessenta dias.

Nº 2.197-74 — Construtora Braga Viana Ltda. — Notifique-se.

Nº 11.370-74 — Construtora Cedro Planejamento Ltda. — Interferido e registrado da firma — Ofício-se.

Nº 13.673-76 — Domingo Arturo Rendell Firmino — Ofício-se ao interessado a cumprir exigência do ... CONFEV.

Nº 2.511-76 — Bernary Engt Ltda. — Deferido no referendo da Câmara de Engt Civil.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Nº 6.007-73 — Construtora Ponta Negra Ltda. — Registre-se no ramo de Construções Civil.

Nº 7.776-73 — Carol — Projeto e Construção Ltda. — Registre-se no referendo da Câmara de Engt Civil por 60 dias.

Nº 8.5.2-76 — Torga — Construtora e Imobiliária Ltda. — Registre-se

no referendo da Câmara de Engt Civil por 60 dias.

Nº 9.553-73 — Imobiliária Palva Melo Ltda. — Registre-se no referendo da Câmara de Engt Civil por 60 dias.

Nº 113.653-73 — SWS — Serviços Técnicos Ltda. — Notifique-se.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
E DO COMÉRCIO**

**SUPERINTENDÊNCIA
DE SEGUROS PRIVADOS**

PORTARIA N.º 202, DE 19 DE JUNHO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1973 e tendo em vista o disposto na alínea "d" do item 5 da Instrução Normativa DASP n.º 43, de 19 de agosto de 1973, resolve:

Designar Eurídice Verpasiano, ocupante do emprego de Agente Administrativo "C", código LTA-111.4, da Tabela Remuneratória da Superintendência de Seguros Privados, para exercer, no período de 23 de junho a 21 de julho de 1976, a função de substituta do Chefe da Seção de Multilateral, da Divisão de Controle e Auditoria, do Departamento de Serviços Gerais, código LT.DAL.111.2, deste Autarquia, integrante do Grupo de Direção e Assistência Internacionais, de acordo com o Decreto número 76.383, de 23 de setembro de 1975. — Alpheus Amaral.

PORTARIA N.º 210, DE 30 DE JUNHO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1973 e tendo em vista o disposto na alínea "c" do item 5 da Instrução Normativa DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

Designar Solanga Baptista Leal, ocupante do emprego de Técnico de Contabilidade "B", código LTMNL10427, da Tabela Remuneratória da Superintendência de Seguros Privados, com habilitação profissional de nível superior, para substituir, no período de 8 a 23 de julho de 1976, o Chefe da Seção de Controle e Auditoria, da Divisão de Finanças da Diretoria-Geral, desta Autarquia, código LT.DAL.111.2, sem prejuízo da obrigatoriedade da contratação autorizada pelo Decreto nº 76.383, de 23 de setembro de 1975. — Alpheus Amaral.

PORTARIA N.º 214, DE 6 DE JULHO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo XVI do art. 3º do Decreto número 60.459, de 18 de março de 1977, com a nova redação dada pelo nº 75.072, de 9 de dezembro de 1976, resolve:

Designar "ad referendum" do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNEP) Joaquim Góes da Almeida, contraente do Instituto de Seguros do Brasil (IRB), à disposição da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para assumir o encargo de Liquidante da "A" Equitativa dos Estados Unidos da Brasil, Sociedade Anônima de Seguros (Ceará), na forma de direção no art. 73 do Decreto número 69.459, de 11 de março de 1967, com as atribuições com-

uns do art. 75, do mesmo diploma legal.

2. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 167, de 10 de agosto de 1977. — Alpheus Amaral.

CIRCULAR N.º 27, DE 20 DE JUNHO DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na forma do disposto no art. 26, alínea "c", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1938;

Considerando o projeto pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através do edital PRESEI nº 006, de 11 de junho de 1976, e o que consta do processo SUSEP nº 167.203-77; resolve:

1. Aprazar, para os Seguros do Ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

2. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

3. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

4. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

5. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

6. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

7. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

8. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

9. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

10. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

11. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

12. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

13. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

14. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

15. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

16. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

17. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

18. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

19. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

20. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

21. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

22. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

23. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

24. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

25. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

26. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

27. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

28. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

29. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

30. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

31. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

32. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

33. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

34. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

35. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

36. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

37. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

38. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

39. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

40. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

41. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

42. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

43. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Índice, prevista no item 3 das Instruções constantes da II Parte da Tabela de Seguros Automóveis Circular nº 23-74, na forma divulgada pelo Instituto de Desseguros do Brasil, através da Circular PRESEI 043 de 1976, de 2 de junho de 1976.

44. Aprazar, para os Seguros do ramo Automóvel, nova Tabela de Valores Í

Clausula I

Título do projeto: Graduação em Pedagogia para bolivienses na UnB.

Apoio financeiro: Crs. 505.900,00 (quinhentos e noventa e cinco mil e duzentas cruzadas) em 4 (quatro) duzentos cruzados) em 4 (quatro) parcelas, conforme cláusula II.

Origem dos recursos: Parelhamento Acordo da Tela Canadense colocado à disposição da SUBIN.

Vencimento do contrato: 31 de dezembro de 1973.

Órgão competente para realizar a execução da utilização dos recursos: Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

Contrepartida do Executor: O Executor se compromete a fornecer 123 bolívares, alimento, e alojamento durante o período de duração das boas.

Descrição suscita do projeto: O objetivo da presente convênio é aceder financeiramente à UnB no projeto de ensino de engenharia técnica no Governo da Bolívia na área da educação superior por intermédio do Centro Nacional de Educação Superior Agrícola (Cesa). Serão destinadas ao ensino de graduação em pedagogia com 18 meses de duração e 15 com 40 meses de duração.

Clausula II

Os recursos comprometidos pelo presente convênio serão liberados ao Executor, por ordem bancária e mediante solicitação do Coordenador, na forma de utilização de recursos e cronograma de execução do trabalho aprovado pela SUBIN e do ato do coveniente mencionado na cláusula I, as datas constantes do cronograma de liberação dos recursos também já aprovado pela SUBIN.

Clausula III

Em contrapartida ao apoio financeiro da SUBIN, o Executor se compromete a proporcionar os meios necessários ao bom desempenho do referido projeto, especialmente cruzados descontos à cláusula I sob a rubrica "Contrapartida do Executor".

Clausula IV

O Executor se compromete a atender às normas contidas no Manual de Serviço de Cooperação Técnica da SUBIN, de 11 de outubro de 1973, especialmente as que dizem respeito à apresentação de relatórios e prestação de contas, bem como a aceitação e fiscalização contábil-financeira e auditoria da Inspetoria Geral de Finanças indicada na cláusula I.

Clausula V

É vedada a transposição, para qualquer outro projeto, dos recursos apropriados ao projeto que da origem ao presente convênio, cabendo ao Executor a encaminhar no Banco do Brasil S.A. em agência a ser indicada a SUBIN, conta especial destinada ao movimento exclusivo dos recursos destinados pela SUBIN, não podendo a conta abrigar recursos de outra fonte, ainda que destinadas ao mesmo projeto.

Clausula VI

As partes convencionantes acordam o círculo do presente convênio, cabendo ao Executor judicial seu gestor à SUBIN.

Clausula VII

O presente convênio vigorará a partir da data da assinatura mencionada na cláusula I, podendo ser rescindido ou alterado, no todo ou em parte, de comum acordo, mediante notificação, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência. Sua rescisão poderá ocorrer por inadimplemento das obrigações assumidas pelo Coordenador e/ou Executor, obedecido o mesmo prazo de notificação acima.

Clausula VIII

Os casos omissoes serão resolvidos mediante mútuo entendimento entre as partes, sendo o fórum direto entre o do Brasil, Distrito Federal, com ênfase de qualquer corte.

Brasília, 26 de agosto de 1973. — Adelmo Costa — Amazônia Cury.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Particular de Locação celebrado entre o Doutor Walter Peixoto, na qualidade de locador e a Fundação Universidade de Brasília, na qualidade de locatária.

Pelo presente instrumento, de um lado o Doutor Walter Peixoto, brasileiro, casado, advogado, CPF 200219.311 (meu Letra), e de outro, na qualidade de Locatário, a Fundação Universidade de Brasília, neste dia representado pelo seu Superintendente Executivo, Senhor Edson de Figueiredo, brasileiro, casado, residindo e domiciliado neste Capital, concordam em alterar as cláusulas II e III do contrato de Locação do Apartamento nº 206 Bloco A FOB 111.

Clausula I — O contrato ora assinado fica prorrogado até o dia 30 de junho de 1977.

Clausula II — Fica estabelecido que o aluguel do referido imóvel permanecerá a valor de Crs. 8.227,00 (oitocentos e trinta e seis cruzados) mensais, perfazendo um total de ... Crs 110.264,00 (cento e dezasseis mil, duzentos e quarenta e quatro cruzados).

E, por estarem de pleno acordo justos e contratados, foi redigido o seguinte termo aditivo ao contrato original feito e feito, o qual devia declarar e achado conforme vai abaixo pelas partes contratantes e por direito seu testemunhas, a todo o efeito presente.

Brasília, 25 de Junho de 1973. — Doutor de Figueiredo — Walter Peixoto.

Empenho nº 317 FUB

MINISTÉRIO DO INTERIOR SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Contrato nº 40-73, de prestação de serviço que tem o seu celebração e Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO e a Universidade Estadual de Mato Grosso, para a formação de técnicos (33 Administração de Empresas Rurais).

Acos 30 dias do mês de junho de 1976, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, durante denominado simbolicamente SUDECO, neste ato representada por seu Superintendente Juarez Arnoldo Larnder, e a Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede em Campo Grande, entretanto denominada Universidade, neste ato representada pelo seu Reitor, João Pereira da Rosa, firmaram o presente Contrato de Prestação de Serviços para a formação de Técnicos em Administração de Empresas Rurais, cujo todo objeto e homologado pela Resolução nº 02-73, o Conselho Universitário da Universidade, em sua 9ª Reunião Ordinária realizada em 11 de junho de 1976, e que se enquadra no Plano Social da SUDECO para a área do Programa Especial do Pantanal.

O presente Contrato é celebrado respeitando a adotar as seguintes cláusulas e condições:

Clausula Primeira — O presente Contrato tem por objetivo a formação pela Universidade de 33 (trinta e cinco) Técnicos em Administração de Empresas Rurais, através da

região, a nível superior, conforme Projeto constante do Processo nº 03011-73, em suas páginas de número 27 e 40.

Clausula Segunda — Da execução do previsto no presente Contrato, que se estende de anno de 1976 a 1978, inclusive, a SUDECO pagará diretamente à Universidade, a importância total de Crs 50.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzados), em três parcelas, conforme cronograma de pagamento anexo ao presente Contrato, e que este passa a fazer parte integrante.

Parágrafo Único. As despesas para execução do Contrato no presente ano de 1976, no valor de Crs 11.136,00 (onze mil, trezentos e sessenta e oito cruzados) ficando o excesso de elemento de despesa Crs 1.136,00 (mil e cento e trezentos e sessenta e oito cruzados) a ser suportado, o Executor, e que se estende ao presente Contrato.

Clausula Terceira — Compete à Universidade:

- I — Implementar a execução do Curso de Formação de Técnicos em Administração de Empresas Rurais, respeitando quanto-as polias gerais das receitas financeiras repassadas para SUDECO, a supervisão, o controle e a avaliação do Curso e que se estende ao presente Contrato.
- II — Formar os recursos humanos — alunos, professores, técnicos, bem como as instalações necessárias a execução do presente Contrato.
- III — Encarregar a SUDECO até o final do presente trimestre letivo (setembro de 1976), relatório nominalizado os respectivos beneficiários, devidamente materializada no curso de que trata o presente Contrato.

Clausula Quarta — Estará implementado o curso, com o qual não poderá ser liberadas as parcelas subsequentes.

Clausula Quinta — No término do Curso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a Universidade encaminhará à SUDECO relatório contendo o nome dos beneficiários, índices de evasão, objeções a candidatos, dificuldades encontradas e outras considerações relevantes.

Clausula Sexta — Permitir que a SUDECO acompanhe a realização do Curso objeto do presente Contrato, através do seu representante técnico ao qualquer tempo que julgar necessário.

Clausula Sete — Compete à SUDECO:

- I — Fornecer os recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização pelo DILU-SUDECO, das relações que tratou o item IV da Cláusula Terceira.
- II — Desenvolver, através do seu Departamento de Recursos Humanos, representante técnico para prestar o acompanhamento do curso executado.

Clausula Oitava — O prazo deste Contrato é de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

Clausula Nonai — A SUDECO encarregará responsabilidades presentes em contratos relacionados com vinculação empregatícia de pessoas contratadas para a execução dos trabalhos decorrentes das objectivas deste Contrato, tanto também, de responsável de promotor, juntamente com instituições, organizações e empresas administrativas, sociais e terciárias, como conseqüência das atividades objeto do presente Contrato.

Clausula Nonai — O presente Contrato será rescindido automaticamente por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, ou no cumprimento acordado entre as partes contratantes.

Parágrafo Único. A critério da SUDECO caberá a rescisão deste Contrato imediatamente de inter-

venção judicial ou extrajudicial, se a Universidade:

I — Não cumprires quaisquer das obrigações contratuais;

II — Transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da SUDECO.

Clausula Onze — A Universidade obriga-se a dar destaque ao nome da SUDECO nas atividades decorrentes desse Contrato, sempre que a elas se referir seja através de imprensa ou de outros trabalhos publicitários.

Clausula Doze — O fato de cidadão de Brasília, D. F., será o comprovante para qualquer procedimento judicial relativo a este Contrato.

E, por estarem justas e convenientes, assim as partes, com 2 (duas) testemunhas, o presente instrumento em 1 (quatro) dias de igual valor.

Brasília, 29 de junho de 1976. — Juiz Arnaldo Larnder. — José Leite da Reza.

Ofício número 636-63 — MUDF-SUDECO.

(*) Reescritas

No Diário Oficial da União (edição 1 — Parte II, de 8 de junho de 1976):

1º Contrato nº 16-73; pag. 3124
— 2.º e 4.º colunas;
Onde se lê:

b) Da SUDECO

1. Repassar ao Governo a importância de Crs 4.161.000,00 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil cruzados), destinada a iniciativa:

a primeira, de Crs 1.200.000,00 (duzentos milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzados) em junho de 1976, após a publicação no Diário Oficial da União e sua aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.

a segunda, de Crs 3.000.000,00 (três milhões e trezentos e sessenta mil cruzados), em outubro do corrente ano.

Lê-se:

c) Da SUDECO

1. Repassar ao Governo a importância de Crs 4.161.000,00 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil cruzados), destinada a iniciativa ...

a primeira, de Crs 1.200.000,00 (duzentos milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzados), após a publicação no Diário Oficial da União, sua aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, e libertação pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República das receitas previstas para o 3º trimestre de 1976;

a segunda, de Crs 3.000.000,00 (três milhões e trezentos e sessenta mil cruzados), em outubro do corrente ano.

2º Contrato nº 16-73; pag. 3124
— 2.º coluna;
Onde se lê:

d) Da SUDECO

2. Repassar ao Governo, como pagamento pela cominação do projeto exercida pela SEPLAT-UF, ... Lida-se:

e) Da SUDECO

3. Repassar ao Governo, como pagamento pela cominação do projeto exercida pelo CODIMAT, ... Lida-se:

f) Da SUDECO

4. Repassar ao Governo, como pagamento pela cominação do projeto exercida pela SEPLAT-UF, ... Lida-se:

g) Da SUDECO

5. Repassar ao Governo, como pagamento pela cominação do projeto exercida pela SUDECO, da execução dos trabalhos previstos para o 3º trimestre de 1976.

Lotação:	b) DA SUDECO
Clausula Segunda —	1 — Repassar ao Governo a primeira no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros), a segunda, no valor de Cr\$ 2.100.000,00 (dois milhões cento sessenta mil cruzeiros) a terceira, no valor de Cr\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros),
2.º CÓDIGO n.º 10-76; pág. 3.123	2.º Contrato n.º 22-76; pág. 3.129
— 1.ª coluna: Onde se lê:	— 3.ª e 4.ª colunas: Onde se lê:
..... b) DA SUDECO
2.º Repassar ao Governo, como pagamento pela administração do projeto executado pela SEPLAN-MT; Leia-se:	Cláusula Segunda —
..... b) DA SUDECO	b) DA SUDECO
2.º Repassar ao Governo, como pagamento pela administração do projeto executado pela CODEMAF;	2 — Repassar ao Governo a segunda de Cr\$ 70.000,00 (setenta e novo mil cruzeiros)
5.º Contrato n.º 10-76; pág. 3.123	Leia-se:
— 2.ª coluna: Onde se lê:	Cláusula Segunda —
..... Cláusula quinta — Até o dia 13 de março de cada ano, b) DA SUDECO
Leia-se:	2 — Repassar ao Governo, a segunda de Cr\$ 70.000,00 (setenta e novo mil cruzeiros)
..... Cláusula quinta — Até o dia 31 de março de cada ano,	— a terceira no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) após a comprovação pela SUDECO, da execução dos trabalhos previstos para o 3º trimestre de 1976.
6.º Contrato n.º 21-76; pág. 3.123	Cláusula Terceira —
— 1.ª coluna: Onde se lê:	3.º Primeiro Término Aditivo aº Contrato n.º 001-75; pág. 3.131 — 1.ª coluna: Onde se lê:
..... Cláusula Segunda —
6.º Da SUDECO Recursos do POLAMAZÔNIA 53-PIN — Cr\$ 5.154.600,00
1 — Repassar ao Governo a primeira no valor de Cr\$ 1.099.000,00 (hum milhão, oitocentos e noventa mil cruzeiros), a segunda, no valor de Cr\$ 2.200.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil cruzeiros)	Leia-se:
..... a terceira, no valor de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), Recursos do POLAMAZÔNIA 70-PIN — Cr\$ 3.134.000,00
Leia-se:
..... Cláusula Segunda —

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL-SUDESUL

CONTRATO DE LOCAGEM N.º 03/76- XEROX DO BRASIL S/A, por sua filial de Porto Alegre, estabelecida à Rua Hilário Ribeiro- 122 da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, - CCC nº 33.227.042/0007 e SUDESUL- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL, estabelecida à rua Caldas Júnior nº 120, 20º andar, da cidade de Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul, com CCC/UR nº 92.085.151/0001 abaixo assinadas, ajustam e contratam, pelo presente instrumento, a LOCAGEM DE EQUIPAMENTO (s) de propriedade da LOCADORA, nos termos e condições a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LOCAGEM - 1 (uma) máquina XEROX modelo 4.000. CLÁUSULA SEGUNDA: LOCAL DA INSTALAÇÃO- DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO - Rua Caldas Júnior, nº 120 - 20º andar. CLÁUSULA TERCEIRA: PAGAMENTO: A Locatária pagará os preços estabelecidos no documento anexo, que faz parte integrante deste contrato, devidamente assinado pelas contrapartes, ficando ajustado que as condições de aluguel ali fixadas são passíveis de alteração total ou parcial, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias feito por escrito pela LOCADORA. Se a LOCATÁRIA não aceitar as condições de aluguel, poderá rescindir o contrato, desde que manifeste essa deliberação à LOCADORA, por escrito, dentro de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da comunicação das novas condições de aluguel. CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE LOCAGEM: 6 (seis) meses a contar da 12 (doze) do Mês seguinte ao da DATA DA INSTALAÇÃO, prorrogável automaticamente por períodos de 6 (seis) meses, salvo se o contrato for denunciado, por qualquer das partes, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias da data do vencimento de cada período. CLÁUSULA QUINTA: REA

JUSTAMENTO DE PREÇOS: Os preços de que trata a Cláusula Terceira, serão reajustados dentro das normas e limites admitidos pelo GIP, para a locadoras. CLÁUSULA SEXTA: INSTALAÇÃO - A Locadora instalará a máquina em perfeitas condições de funcionamento, pelo que receberá um recibo da Locatária, estabelecendo assim a DATA DA INSTALAÇÃO; e cobrará uma "Taxa de Instalação" para cobrir as despesas de transporte, montagem e colocação da máquina no local indicado pela Locatária, não se incluindo nessa taxa o preparo das instalações elétricas porventura necessárias, cujas despesas correrão às expensas da Locatária que receberá da Locadora as especificações correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o local a que refere essa Cláusula, implique na necessidade ou conveniência da uso de equipamento (s) ou aparelho (s) específico (s), tais como guindastes, ou não de obra especializada e/ou excesso, para a instalação aqui referida; tais despesas serão cobradas à Locatária juntamente com a "Taxa da Instalação". CLÁUSULA SETIMA: MANUTENÇÃO - A Locadora se encarregará, por sua conta e com exclusividade, dos serviços técnicos de manutenção e reparo da máquina e substituirá, também por sua conta, com exceção do cilindro xerográfico, todas as peças que se fizerem necessárias. Esses serviços serão feitos durante o horário normal de expediente da Locadora. Se for necessário que estes serviços sejam feitos fora desse horário normal, as despesas de atendimento extraordinário serão cobradas à LOCATÁRIA. A LOCADORA provêrá treinamento específico, sem ônus para a LOCATÁRIA, do funcionário designado por esta, como operador chave do equipamento. CLÁUSULA OITAVA: MATERIAL DE CONSUMO: O preço da Locação não inclui papel, tonalizador, revelador, outros materiais de consumo, nem cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando-se à LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. A carcaça do cilindro xerográfico substituído deve ser sempre devolvida à LOCADORA. Os pagamentos dos materiais de consumo entendem-se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedidas pela LOCADORA à LOCATÁRIA. CLÁUSULA NOVA- FATURAMENTO - A LOCADORA fará a leitura dos medidores de cada máquina e faturará à LOCATÁRIA a importância correspondente, que deverá ser paga até 15 (quinze) dias da data de sua emissão. Se, por qualquer razão, não puder ser feita a dita leitura em determinado mês, a LOCADORA fará esse faturamento pela média mensal dos 3 (três) últimos meses e fará o acerto respectivo após a realização do mês subsequente. PARÁGRAFO ÚNICO: Os preços de aluguel material de consumo e cilindros xerográficos, mencionados contam no estipulado no presente contrato, serão pagos pela LOCATÁRIA contra a apresentação das respectivas extratos ou faturas e demais documentos exigidos pela legislação vigente. CLÁUSULA DECIMA: Na hipótese da violação ou denúncia contratual por parte da LOCATÁRIA, fica garantida à LOCADORA a percepção dos montantes máximos contratuais correspondentes ao período restante de vigência do contrato. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA: A LOCATÁRIA terá o direito de plena utilização da máquina a partir da data da sua instalação, obrigando-se a: a) Usar a máquina corretamente e não sublocá-la, ceder ou transferir a locação, total ou parcialmente; b) Manter a máquina no local da instalação e não removê-la sem prévio consentimento por escrito da LOCADORA, ficando por conta da LOCATÁRIA custos e despesas dessa remoção e religação; c) Manter bem visíveis as placas que especificam o modelo, a propriedade, o número da série, a marca da máquina e, também, não introduzir modificação de nenhuma natureza na máquina; d) Defender e fazer valer todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA sobre a máquina; e) Notificar imediatamente à LOCADORA qualquer intervenção ou violação por terceiros de qualquer dos seus direitos em relação à máquina; f) Permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA, para a leitura dos medidores, realização da manutenção e reparos da máquina e ainda o seu desligamento ou remoção nas hipóteses cabíveis; g) Responsabilizar-se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina por sua culpa, ou por mau emprego de qualquer de suas responsabilidades previstas neste contrato.

DOCUMENTO ILEGÍVEL

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Qualquer aumento de preços, a partir desta data, terá aplicação a partir da data em que se efetuar a instalação, automaticamente, desde que previamente comunicado, por escrito, pela LOCADORA à LOCATÁRIA. Parágrafo único: A LOCATÁRIA, no entanto, terá o direito de cancelar o contrato, se houver, caso haja aumento do preço ocorrido entre a data da assinatura do contrato e a data da instalação da máquina, desde que o faça por escrito, antes desta última data.

CLÁUSULA DECIMA-TERCEIRA: RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extra judicial, caso se verifique infração contratual ou legal atribuível a qualquer das partes. PARÁGRAFO ÚNICO: Em qualquer hipótese de rescisão, a LOCADORA poderá excluir e obter a imediata devolução da máquina, cedendo-lhe, inclusive, na via judicial, a reinterpretação "in ilio litis".

CLÁUSULA DECIMA-QUARTA: TOLERÂNCIA: Nenhuma tolerância de arbas as partes quanto ao cumprimento de qualquer das cláusulas aqui estabelecidas poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA DECIMA-QUINTA: Qualquer comunicação sonante terá validade quando feita por escrito entre as partes, exceptuando-se as solicitações para atendimento de serviços técnicos.

CLÁUSULA DECIMA-SEXTA: As condições para locações e serviços fora da área normal de operações da LOCADORA deverão ser objeto de acordo entre as partes. Por área normal de operações entende-se as áreas em que a LOCADORA opera e mantém seus serviços atualmente ou venha a operar no futuro.

CLÁUSULA DECIMA-SÉTIMA: As partes contratantes ficarão exoneradas de cumprir as obrigações assumidas pelo presente instrumento quando ocorrer motivo de força maior ou caso fortuito, conforme definidos no artº 105º, parágrafo único do Código Civil, enquanto tais motivos perdurarem.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: Disponibilidade Financeira: Os custos decorrentes deste Contrato, correrão a conta de recursos SUDESUL, Orçamento Programa de 1976, assim classificados: FUNÇÃO Desenvolvimento Regional; PROGRAMA: Planejamento Governamental.

SUPERPROGRAMA: Planejamento e Organização: Projeto: 07.09.040.2 546 - Coordenação do Desenvolvimento Regional; Códigos: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e 4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial Nota de Empenho 712 de 04.06.76 no valor de Cr\$ 29.881,97 e 713, de 04.06.76 no valor de Cr\$ 20.118,03. FONOP: é eleito o foro da cidade onde é estabelecida a LOCATÁRIA para dirimir as questões oriundas deste contrato. F, por estarem de acordo com todas as cláusulas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, com vigência a partir da data de sua assinatura. Porto Alegre, 07 de julho de 1976 - Pela LOCADORA: Nelson Aguilar Garcia Júnior, pela SUDESUL: Rodolfo Gethé, Superintendente Adjunto Administrativo. Testemunhas: Duas assinaturas ilegíveis.

OFÍCIO N° 42/76- ERDF/SUDESUL

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ESCOLA DE FARMACIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

Departamento do Pessoal

EDITAL N° 01-76

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar concurso para provimento de empregos — regime CLT de 2 (duas) vagas de Técnico de Laboratório "B" — Classe Laboratorista destinados às disciplinas de Prótese e Microbiologia e Imunologia e de 1 (uma) vaga para Motorista Oficial "A" para a sua Tabela de Pessoal.

1 — **Prazo:** de 10-7 a 03-8-732 — **Local e Horário:** Das Inscrições: Departamento do Pessoal da EFOA — 3º Pavimento — Rua Gabriel Monteiro da Silva 714 — Alfenas — MG.

De 2º a 6º feira; das 08,00 às 11,00 e das 13,00 às 17,00 hs.

3 — **Documentos:** 2 fotos 3 x 4 e comprovante de conclusão da 8ª série (4ª série ginal).

— Para os candidatos a Motorista Oficial a exibição da Carteira Nacional de Habilidaçao (Carteira do Motorista Profissional, atualizada).

4 — **Data das provas:**a) **Técnico de Laboratório "B" — Classe Laboratorista**

— Teórica — 06.08.73

— Prática — 06.08.73

b) **Motorista Oficial**

— Teórica e Prática — 06.08.73
5 — Obtenção dos Progamas e Informações:

— No endereço acima.

Escala de Farmácia e Odontologia de Alfenas. 13 de Julho de 1976. — **Reinaldo Antônio Bellini,** Diretor do Departamento de Pessoal da EFOA.

MINISTÉRIO

DO TRABALHO

CONSELHO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS/RJ

JURISDIÇÃO SOBRE OS ESTADOS:
RJ — ES — SE — AL — PB —
RN — CE — PI — MA.

EDITAL

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas-RJ, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada no dia 19 de abril de 1976, em sua sede na sobreloja do Edifício do Ministério do Trabalho (RJ), nos termos da legislação em vigor (Art. 13 do Decreto nº 63.283) de 26 de setembro de 1968, concedeu por unanimidade registro aos profissionais a seguir relacionados: **Art. 2º Letra A** — Deonilmar Gomes Pereira Lyra, sob o nº 771. **Art. 2º Letra B** — Jorge Guilanone, sob o nº 770. **Provisionamento** — Art. 13 — Claribalha Passos, sob o nº 772.

Achavam-se presentes: Edson Schettine de Aguiar, Presidente substituto;

Mário Ramos Torres de Melo, Secretário-Geral substituto;

Domingos Araújo da Cunha Gonçalves;

Paulo Salema García Ribeiro; Francisco Zoroastro Campos; Luiz Carlos de Miranda e Maria Bastos Pessoa, estes dois últimos supentes convocados.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1976.

— Mário Ramos Torres de Melo — Secretário-Geral substituto.

(Nº 5.187 — 6-7-76 — Cr\$ 50,00).

EDITAL

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas-RJ, em sua 10ª reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 1976 em sua sede da sobreloja do Edif. do Ministério do Trabalho (RJ), nos termos da legislação em vigor (Art. 13 do Decreto nº 63.283) de 26 de setembro de 1968, concedeu por unanimidade registro aos profissionais a seguir relacionados: **Art. 13** — Janina Ferreira Balhassar, sob o nº 772; Carlos Lecker Affonso; sob o número 773; Jalmir Rodrigues, sob o nº 775. Achavam-se presentes: Roberto Carlos do Vale Ferreira, Presidente; Edson Schettine de Aguiar, Secretário-Geral; Mário Ramos Torres de Melo, Tesoureiro; Dante de Lima Viana; Domingos Araújo da Cunha Gonçalves; Francisco Zoroastro Campos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1976.

— Edson Schettine de Aguiar — Secretário-Geral.

(Nº 5.181 — 6-7-76 — Cr\$ 50,00).

EDITAL

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas-RJ, em sua 10ª reunião Ordinária realizada no dia 17 de maio de 1976 em sua sede da sobreloja do Edif. do Ministério do Trabalho (RJ), nos termos da legislação em vigor (Art. 13 do Decreto nº 63.283) de 26 de setembro de 1968, concedeu por unanimidade registro aos profissionais a seguir relacionados: **Art. 13** — Letra A — Roberto Fonseca Visira, sob o número 776; Elvira Maria Rubens Neto, sob o nº 777 e Tânia de Medeiros Ferreira, sob o nº 779. **Provisionamento** — Art. 13 — Getúlio Moura Magalhães, sob o nº 778.

Achavam-se presentes: Roberto

Carlos do Vale Ferreira, Presidente;

Edson Schettine de Aguiar, Secretário-Geral;

Mário Ramos Torres de Melo,

Tesoureiro; Dante de Lima Viana;

Paulo Salema García Ribeiro; Maria

Lúcia Pedrosa Angelica e Paula Ca-

ringa, estes dois últimos supentes con-

vocados.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1976.

— Edson Schettine de Aguiar — Ge-

neral-Geral.

(Nº 5.183 — 6-7-76 — Cr\$ 10,00).

EDITAL

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas-RJ, em sua 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 31 de maio de 1976 em sua sede da sobreloja do Edifício do Ministério do Trabalho (RJ), nos termos da legislação em vigor (Art. 13 do Decreto nº 63.283) de 26 de setembro de 1968, concedeu por unanimidade registro aos profissionais a seguir relacionados: **Art. 13 — Provisionamento** — Art. 13 — Antonio Luiz Pinto de Souza, número 780; Bayard Motta Lagrotta, número 781; Virgílio Morcillo Moreira da Costa; nº 782 e Maria Irone Macarenhas Sperandio, nº 783. Achavam-se presentes: Roberto Carlos do

Vale Ferreira, Presidente; Edson Schettine de Aguiar, Secretário-Geral; Mário Ramos Torres de Melo, Tesoureiro; Dante de Lima Viana; Francisco Zoroastro Campos; Paulo Salema García Ribeiro e Domingos Araújo da Cunha Gonçalves.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1976.

— Edson Schettine de Aguiar — Se-

cretário-Geral.

(Nº 5.187 — 6-7-76 — Cr\$ 50,00).

EDITAL

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas-RJ, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada no dia 19 de abril de 1976, em sua sede na sobreloja do Edifício do Ministério do Trabalho (RJ), nos termos da legislação em vigor (Art. 13 do Decreto nº 63.283) de 26 de setembro de 1968, concedeu por unanimidade registro aos profissionais a seguir relacionados: **Art. 2º Letra A** — Deonilmar Gomes Pereira Lyra, sob o nº 771. **Art. 2º Letra B** — Jorge Guilanone, sob o nº 770. **Provisionamento** — Art. 13 — Claribalha Passos, nº 772.

Achavam-se presentes: Edson Schettine de Aguiar, Presidente substituto; Mário Ramos Torres de Melo; Secretário-Geral substituto; Domingos Araújo da Cunha Gonçalves; Paulo Salema García Ribeiro; Francisco Zoroastro Campos; Luis Carlos de Miranda e Maria Bastos Pessoa, estes dois últimos supentes convocados.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1976.

— Mário Ramos Torres de Melo — Secretário-Geral substituto.

(Nº 5.187 — 6-7-76 — Cr\$ 50,00).

BANCO DO BRASIL S.A.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMUNICADO N.º 539

A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S. A., com base no que dispõem a Lei número 4.557, de 10 de dezembro de 1964, o Lei nº 5.015, de 19 de junho de 1966, o Decreto-lei nº 1.427, de 2 de dezembro de 1973, o Decreto número 59.607, de 28 de novembro de 1966, o Portarias ns. 130, de 14 de junho de 1973, e 251, de 23 de julho de 1973 do Ministro da Fazenda, resolve consolidar e unificar as normas do registro cadastral de exportadores e importadores, tornando público o seguinte:

1. Fica instituída na Carteira de Comércio Exterior o Cadastro Geral de Exportadores e Importadores, válido para todos os fins necessários à exportação, à importação, à informação e à promoção do comércio exterior.

2. Nenhuma operação de comércio exterior poderá realizar-se sem que o exportador ou importador esteja previamente registrado no Cadastro Geral de Exportadores e Importadores, ressalvados os casos previstos neste Comunicado.

3. As empresas participantes de feiras, exposições e mostras internacionais ou de missões comerciais não incluídas no calendário oficial aprovado pelo Governo Federal soamente obtêm guias de exportação ou guias de importação, ou documento que lhes seja equivalente, quando as entidades ou empresas brasileiras organizadoras, condutoras ou administradoras estiverem devidamente registradas no Cadastro Geral a que se refere este Comunicado.

4. O registro de exportadores e importadores no Cadastro Geral far-se-á em uma das sete (7) categorias, cuja respectiva subcategoria, assim definidas:

Categoria 1 — Empresas voltadas para a produção:

1.1 — Indústrias de transformação;

1.2 — Indústrias que se dedicam à extração mineral ou vegetal, à exploração de atividades nos setores da

peculiar, da agricultura, da silvicultura, da pesca e assentamentos.

Categoria 2 — Empresas de fins comerciais, que incluem entre seus objetivos o exportação ou a importação.

Categoria 3 — Empresas comerciais extraterritoriais a que se referem o Decreto nº 1.168, de 20 de novembro de 1972, o Decreto nº 11.088, de 21 de fevereiro de 1973, e demais preceituadores regulamentares sobre o assunto.

Categoria 4 — Cooperativas; fundações; sociedades civis filantrópicas, culturais e científicas.

5.1 — Artistas, atletas e esportistas.

Categoria 5 — Empresas que operam exclusivamente no fornecimento de mercadorias para consumo de bordo.

Categoria 6 — Entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou municipal.

6.1 — Órgãos ou entidades de representação de classes ou associações.

Categoria 7 — Empresas prestadoras de serviços; agentes em representação comercial; de empresas estrangeiras que exportam para o Brasil.

7.1 — Empresas ou entidades, assim como firmas liquidatórias, não incluídas nas categorias ou subcategorias anteriores, a Cartela do Cartório do Comércio Exterior.

7.1.1 — No caso específico do registro de importadoras, é exigida a data de 05 de setembro de 1971, para a efetivação da presidente, após a qual o interessado não mais poderá realizar qualquer operação de importação enquanto não concluir o processo; se de sua conveniência, poderá obter a liberação e cancelamento da cópia do registro, efetuando na sede da Receita Federal, através da agência da respectiva capital ou estância, endereço na qual esteja inscrita sua categoria ou subcategoria, endereço da firma ou empresa estrangeira filial ou entidade, assim em fornecimento, aviso, cláusula, carta de encargo da Carteira na capital do Brasil, respeitante e no Rio de Janeiro.

7.2 — Para efeito do registro no Cadastro Geral, fique à disposição o apresentamento dos seguintes elementos, por todos os interessados:

5.1 — Ofícios negativos de ações judiciais ou execuções por débitos 112 cada;

5.2 — Cartilhas negativas de protesto de títulos e de pedidos de fatura ou comodata, descrevidas;

5.3 — Ficha de Registro à Carteira de Móveis e Assentamentos, em formulário divulgado pelo preenchimento, que possa ser adquirido nas agências da Carteira de Comércio Exterior;

5.4 — Indicativo dos administradores, caso a qualquer momento individual; nome civil completo, nacionalidade, estado civil, profissão, número do CPF, número no registro geral de identidade e indicação do endereço residencial da respectiva carteira ou carteira, endereço completo especificando rua, esquina, piso, número, andar, apartamento, sala, bairro, cidade e Estado;

5.5 — Além dos elementos indicados nos itens anteriores, cada interessado, especialmente, deverá apresentar:

5.5.1 — Se sociedade por ações: publicação no Diário Oficial da ata da assembleia geral que aprovou os estatutos sociais em vigor, inclusive suas eventuais alterações, com a prova do respectivo aprovamento na Junta Commercial; publicação da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria em exercício na empresa, com a prova da respectiva circunferência na Junta Commercial;

5.5.2 — Se sociedades cotidianas ou de responsabilidade limitada: contrato social, inclusive eventual alteração e prova do respectivo arquivamento na Junta Commercial;

5.5.3 — Se firmas individuais: certidão de registro na Junta Commercial, com todos os elementos que as caracterizam;

5.5.4 — Se fundações e sociedades civis: atos constitutivos, inclusive eventuais alterações posteriores, assim como prova de autorização para funcionamento, se for o caso, e do registro no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

5.5.5 — Se cooperativas; atos constitutivos, inclusive eventuais alterações posteriores, assim como prova de autorização para funcionamento, e do registro na Junta Commercial;

5.5.6 — Se outras entidades: atos constitutivos, bem como eventuais alterações posteriores, e prova de que estiveram em registros a que, por lei ou regulamento, estavam sujeitas para o exercício de suas atividades;

5.6 — Nos casos de empresas incluídas em 5.5.1 e 5.5.2, deverão apresentar, ainda, relação dos sócios quotistas ou dos acionistas, titulares de quotas nominativas creditadas ou patrimônio, que representem mais de 50% por canto (6%) do capital social da empresa, todos dividindo qualificação (se pessoa física: nome, civil, comissão, nacionalidade, estado civil, profissão, número do CPF, número do registro geral de identidade e endereço da respectiva carteira ou estância; endereço completo); em casos judiciais: identificação completa, nome social, número do CGC, relação dos administradores e respectivas funções;

5.7 — O interessado, exportador, apresentará também, indicação escrita e numerada quanto:

5.7.1 — A organização da empresa;

5.7.2 — A lista de produtos que serão objeto das exportações de comércio exterior;

5.7.3 — As mercadorias consideradas prioritárias para o desenvolvimento da sua região no exterior;

5.7.4 — As mercadorias de alta gama externa e a rede externa de comércio internacional;

5.7.5 — As exportações realizadas no ano anterior ao do pedido de re-

gistro, assim como a previsão para os dois anos seguintes, mediante preenchimento do formulário próprio disponibilizado nas agências do grupo ... CACEX.

6. E' feito o seguinte capital mínimo legalmente exigível para as empresas exportadoras:

a) categoria 3 — setenta e cinco mil cruzados (Cr\$ 75.000,00);

b) categoria 3 — vinte milhões de cruzados (Cr\$ 20.000.000,00), na forma das normas em vigor, com exceção da hipótese prevista no item III do Regulamento nº 399, de 16 de maio de 1974, do Banco Central do Brasil;

6.1 — Para as demais categorias o exigimento de capital mínimo integração da taxa de cotação da Carteira do Comércio Exterior;

6.2 — O registro na subcategoria 4 far-se-á mediante a comprovação de fatos interligados, de que estão divididos, registrados como profissionais autônomos, alíás dos diretores-socios em 5.1, 5.3 e 5.6 e de sua comprovação qualificação individual;

6.3 — E' permitido às empresas consideradas nas categorias 1, 2 e 3 fornecer lucratividade para consumo de bordo, sem prejuízo da exigência prevista na categoria 6;

7. Será dispensável o registro no Cadastro Geral de Exportadores e Importadores de pessoas jurídicas ou físicas e demais entidades que:

7.1 — Realizam ou pretendem de imediato, nos limites admitidos pelos órgãos fiscais e pelo Conselho Monetário do Comércio Exterior;

7.2 — Aquiçõe de livros e revistas no exterior, por pessoa física;

7.3 — Entrega ou saída de bens e objetos pessoais enquadradados no comércio local de bagagem;

7.4 — Compras feitas por turistas estrangeiros, em trânsito pelo Brasil;

7.5 — Importações de material de propaganda ou assentamento, destinadas a protocolo comunitário no exterior;

7.6 — Entrada ou saída de animais e outras espécies de arte ou de natureza diversa;

7.7 — Têm tenente ou representante social que se possa confundir com órgãos ou entidades oficiais;

7.8 — Utilizam as denominações "Socimed" e "Fide" em sua rotina social, sem que estejam devidamente registradas na categoria 3;

7.9 — Tenham tido punição por abuso de poder estatal;

7.10 — Tenham tido punição, em decisão administrativa ou judicial, por fraude à fiscalização aduaneira, cambial ou de comércio exterior;

7.11 — Outras espécies que, a critério da Carteira do Comércio Exterior, se afiguram a razões;

8. Será negado suspensa ou cancelada, conforme o caso, o registro no Cadastro Geral de Exportadores e Importadores de pessoas jurídicas ou físicas e demais entidades que:

8.1 — Detinham ou atendem a qualquer das qualificações constantes do item 5 da Carteira do Comércio Exterior;

8.2 — Tenham sido impeditidas, por qualquer motivo, de exportar ou importar exterior, por decisão administrativa ou judicial;

8.3 — Não apresentam condições básicas, relativas ao caráter organizacional ou gerencial para o desenvolvimento das atividades do comércio exterior, apuradas através de fatores de ponderadores de hierarquia de competência, resultados obtidos em atividade comunitária ou protocolar de atos que descomponham sentido e conteúdo do País, ou estrangeiro;

8.4 — Tenham nome, marca ou ramo social que se possa confundir com órgãos ou entidades oficiais;

8.5 — Utilizam as denominações "Socimed" e "Fide" em sua rotina social, sem que estejam devidamente registradas na categoria 3;

8.6 — Tenham tido punição por abuso de poder estatal;

8.7 — Tenham tido punição, em decisão administrativa ou judicial, por fraude à fiscalização aduaneira, cambial ou de comércio exterior;

8.8 — O cancelamento ou a suspensão do registro de exportador ou importador ocorrerá no disposto nos itens IV a VI da Portaria nº 391, de 2 de julho de 1976, do Ministro da Fazenda;

9.1 — O cancelamento ou a suspensão do registro de exportador ou importador ocorrerá no disposto nos itens IV a VI da Portaria nº 391, de 2 de julho de 1976, do Ministro da Fazenda;

10. As empresas importadoras, no ato da pedido de licenciamento no Cadastro Geral, ficam obrigadas a apresentar o programa de importação e de exportação, para tanto utilizando modelo adequado que poderá ser obtido junto às agências do grupo CACEX.

11. A Carteira do Comércio Exterior decidirá, a respeito dos casos omisso:

12. Fica revogado o Comunicado, nº 433 de 31 de outubro de 1974.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de julho de 1976. — **Francisco Fonseca Moreira**, Diretor. — **Francisco da Assis Martins Costa**, Chefe do Departamento-Geral de Importação. — **Mário Cesar Roberto e Silva**, Chefe do Departamento-Geral de Exportação.

REVISTA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Nº 49 (janeiro a março de 1975).

PREÇO: Cr\$ 70,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Av. Rodrigues Alves, nº 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

— Na sede do D.I.N.

PREÇO DESTE EXEMPLAR Cr\$ 2,00

DOCUMENTOILEGÍVEL

DOCUMENTO MANCHADO